



**MUNICÍPIO DE LAVRAS – MINAS GERAIS**  
**CÂMARA MUNICIPAL**  
**GABINETE DA PRESIDÊNCIA**

---

**OFÍCIO nº 1130/2025/CML/GPRES/gpuocr.**

**ASSUNTO:** Encaminha Redação Final da Proposição de Lei nº 16/2025.

Lavras, 14 de novembro de 2025.

A Sua Excelência a Senhora  
**JUSSARA MENICUCCI DE OLIVEIRA**  
Prefeitura Municipal de Lavras  
Avenida Sylvio Menicucci, nº 1.575, Bairro Kennedy  
CEP: 37203-696, Lavras-MG.

Excelentíssima Senhora Prefeita,

Encaminhamos a **REDAÇÃO FINAL** da Proposição de Lei nº 16/2025 (Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 16/2025), que **“Autoriza o Poder Executivo Municipal a alienar imóvel de sua propriedade, mediante procedimento de leilão, e a vincular os recursos financeiros obtidos para a aquisição de gleba de terras destinada à implantação do Distrito Industrial Inteligente de Lavras, e dá outras providências”**, aprovado por ocasião da 39ª Reunião Ordinária, ocorrida no dia 03 de novembro de 2025.

Atenciosamente,

**UBIRAJARA CASSIANO ROCHA**  
*Presidente da Câmara Municipal de Lavras*

**ANA PAULA SANTANA DE REZENDE**  
**ARRUDA**  
*Primeira-Secretária da Câmara Municipal de Lavras*



MUNICÍPIO DE LAVRAS – MINAS GERAIS  
CÂMARA MUNICIPAL  
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

---

**REDAÇÃO FINAL DA PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 16/2025**  
(Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 16/2025, de autoria da Chefe do Poder Executivo).

**AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ALIENAR IMÓVEL DE SUA PROPRIEDADE, MEDIANTE PROCEDIMENTO DE LEILÃO, E A VINCULAR OS RECURSOS FINANCEIROS OBTIDOS PARA A AQUISIÇÃO DE GLEBA DE TERRAS DESTINADA À IMPLANTAÇÃO DO DISTRITO INDUSTRIAL INTELIGENTE DE LAVRAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

A PREFEITA MUNICIPAL DE LAVRAS, Estado de Minas Gerais, faço saber que a Câmara Municipal de Lavras APROVOU e eu SANCIONO a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo Municipal, no estrito interesse público e visando à otimização da gestão do patrimônio municipal para fomento do desenvolvimento econômico local, autorizado a promover a alienação onerosa da seguinte gleba de terras de sua propriedade:

“Uma gleba de terras de uso predominantemente agropastoril, com área de 2.165.088,59 m<sup>2</sup> (dois milhões, cento e sessenta e cinco mil, oitenta e oito metros quadrados e cinquenta e nove metros quadrados), equivalente a 216,5088 hectares (duzentos e dezesseis hectares, cinquenta ares e oitenta e oito centiares), localizada na região denominada “Farias”, parte da Fazenda Vargem Grande, no Município de Lavras, Estado de Minas Gerais, registrada sob a Matrícula nº 18.564 no Cartório de Registro de Imóveis de Lavras/MG.”

**§1º** A alienação de que trata o *caput* deste artigo será realizada mediante procedimento de Leilão, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e suas alterações, ou legislação superveniente aplicável, do tipo "Maior Oferta", observados os princípios da legalidade, publicidade, impessoalidade, moralidade, eficiência e competitividade.

**§2º** Para fins de realização do Leilão, o imóvel descrito no *caput* deste artigo foi devidamente avaliado, por órgão técnico municipal competente, servindo o valor apurado como preço mínimo para o certame.



**MUNICÍPIO DE LAVRAS – MINAS GERAIS**  
**CÂMARA MUNICIPAL**  
**GABINETE DA PRESIDÊNCIA**

**§3º** O Poder Executivo Municipal fica autorizado a adotar todas as medidas administrativas e legais necessárias para a efetivação da alienação, incluindo, se for o caso, a gestão de eventuais rescisões de instrumentos jurídicos pré-existentes que recaiam sobre o imóvel, assegurando a transparência e a legalidade em todas as etapas do processo.

**Art. 2º** Os recursos financeiros arrecadados com a alienação do imóvel terão destinação preferencial para a implantação do Distrito Industrial Inteligente, localizado às margens da Rodovia Fernão Dias, ou em área estratégica que se mostre mais adequada para tal finalidade, conforme estudos técnicos e de viabilidade a serem realizados pelo Poder Executivo Municipal.

**Parágrafo único.** O Poder Executivo Municipal deverá garantir a segregação e o controle orçamentário-financeiro desses recursos, assegurando a estrita observância da destinação vinculada e a ampla publicidade dos atos de sua aplicação, em conformidade com as normas de finanças públicas.

**Art. 3º** O Poder Executivo Municipal regulamentará, no que couber, os procedimentos complementares necessários para a fiel execução desta Lei.

**Art. 4º** Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Lei Complementar nº 362, de 20 de abril de 2017, no que se refere à Concessão de Direito Real de Uso do imóvel descrito no art. 1º da referida Lei, para que não haja conflito de finalidades e de uso do bem público.

**Art. 5º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício Francisco Rodarte, em 14 de novembro de 2025.

**UBIRAJARA CASSIANO ROCHA**  
*Presidente da Câmara Municipal de Lavras*